



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.552, DE 2023**

**(Do Sr. Júlio Cesar)**

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”, a fim de garantir o funcionamento regular e gratuito do transporte público coletivo nos dias de eleição.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-1281/2023.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”, a fim de garantir o funcionamento regular e gratuito do transporte público coletivo nos dias de eleição.

**Art. 1º** Esta Lei garante o funcionamento regular e gratuito do transporte público coletivo nos dias de eleição, inclusive a oferta de linhas especiais para regiões mais distantes dos locais de votação.

**Art. 2º** O art. 94 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

VII - com cópia de ato que garanta o funcionamento regular e gratuito do transporte público coletivo nos dias de eleição, nos casos de reeleição de chefe do poder executivo estadual, distrital e municipal.

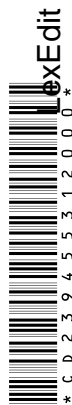
**Art. 3º** O art. 377 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º:

§ 2º O poder público estadual, distrital e municipal garantirão o funcionamento regular e gratuito do transporte público coletivo no dia das eleições, inclusive, mediante comunicado à justiça eleitoral, poderá



Apresentação: 30/03/2023 15:23:26.890 - MESA

PL n.1552/2023



ofertar linhas especiais para regiões mais distantes dos locais de votação, não se aplicando, nesses casos, o disposto no caput.” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei busca **fortalecer a participação popular na festa maior da democracia, fortalecer, enfim, a soberania popular**, mediante o fornecimento de transporte gratuito aos eleitores no dia das eleições, considerando que para muitos cidadãos brasileiros o custo financeiro para votar tem grande relevância no orçamento familiar, custo este maior que deixar de votar e pagar a respectiva multa junto à Justiça Eleitoral.

Por outro lado, a presente proposição resguarda a normalidade e a legitimidade do pleito em suas duas vertentes (art. 14, § 9º, da Constituição Federal). De fato, com a obrigatoriedade do transporte público gratuito no dia da eleição, esvazia fortemente o possível abuso do poder econômico por parte dos candidatos, na perspectiva da contratação particular para transporte de eleitores.

Ademais, o projeto coloca freios em eventual abuso do poder político de gestores públicos, pois o transporte, conforme consta expressamente no texto, necessita ser regular e gratuito, ou seja, no mesmo formato dos dias úteis de trabalho, sem aumento ou redução de rotas, sob pena de qualificar possível abuso de autoridade ou político, a ensejar a ação de investigação judicial eleitoral. Já nos casos de linhas especiais, não regulares, portanto, nos dias úteis de trabalho, o Poder Executivo deverá comunicar os lugares a serem atendidos antes do pedido de registro de candidatura.

Por fim, no julgamento da ADPF nº 1013, o Supremo Tribunal Federal referendou a liminar do Min. Roberto Barroso no sentido de que “*fica o Poder Público municipal autorizado a determinar (e as concessionárias ou permissionárias do serviço público a promover) a disponibilização gratuita do serviço de transporte público urbano coletivo de passageiros em dias de realização de eleições, inclusive com linhas especiais para regiões mais*



*distantes dos locais de votação. A autorização inclui a possibilidade de utilização, para os mesmos fins, de ônibus escolares e outros veículos públicos. Poderá o TSE expedir regulamentação sobre a matéria, se entender necessário”.*

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares, para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,        de        de 2023.

**Deputado Júlio César  
PSD/PI**



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO  
DE 1965  
Art. 94, 377**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:196507-15:4737>

**FIM DO DOCUMENTO**